

# **RAZÃO INSTRUMENTAL, ÓDIO E DOMINAÇÃO: A NEGAÇÃO DA POLÍTICA E O PRECONCEITO SOCIALIZADO**

*Carlos A. Giovinazzo Jr.*

Considerando que a democracia nas sociedades assentadas na economia capitalista e sustentadas pela extrema desigualdade entre as classes sociais, como observado no Brasil, possui variados obstáculos para sua real efetivação; considerando que mesmo nos regimes democráticos desenvolvidos sobrevivem tendências fascistas e autoritárias, como demonstraram os autores do estudo sobre a personalidade autoritária realizado nos EUA, na década de 1940 (ADORNO et al., 1965), argumenta-se neste ensaio que o predomínio da razão instrumental, noção formulada por Max Horkheimer (2000), que visa a redução da experiência dos indivíduos aos objetivos da dominação, junto com elementos regressivos presentes no estado psicológico das massas, promovem o ódio pelo não idêntico e o preconceito. Tal situação permite compreender os motivos de certas formas de violência se sobreporem ao debate político no enfrentamento dos problemas sociais.

Desde o início do XXI, vivemos uma situação histórica em que tendências e grupos sociais, no Brasil e no mundo, têm se fortalecido e sistematicamente colocado em risco os valores e princípios democráticos – ainda que, como apontou Adorno (1995, p. 141), estamos distante do momento em que a democracia opere “conforme seu conceito”. As análises das razões que explicam tamanha regressão sempre correm o risco de simplificar um fenômeno extremamente complexo; ainda assim, objetiva-se aqui lançar alguma luz sobre o que torna possível alguns eventos que constituem as manifestações objetivas de tais tendências e dos grupos que as sustentam.

Não se pode deixar de mencionar seus efeitos na educação, nas instituições e na vida social em geral: está em curso um projeto de intervenção nas escolas, nas relações de trabalho, na economia, nos órgãos estatais que cuidam do meio ambiente, da cultura, dos direitos humanos e da cidadania. Tal intervenção é capitaneada por segmentos sociais antidemocráticos, autoritários e com tendências fascistas, avessos à diversidade de ideias, ao debate de propostas e ao confronto de posições divergentes, enfim, contrários àquilo que enriquece a experiência humana.

Antes de desenvolver o argumento de que essa situação histórica decorre, entre outros aspectos, do domínio da razão instrumental, noção formulada por Max Horkheimer (2000), que intenta reduzir todas as ações dos âmbitos político, econômico, cultural e científico aos objetivos da dominação e da consumação do poder sobre coisas, pessoas, instituições sociais e natureza, de par com determinados elementos regressivos que compõem o estado psicológico das massas, o que, em consequência, promove o ódio pelo não idêntico (transformado em inimigo) e o preconceito como modelo de socialização, considera-se necessário o destaque de algumas características da sociedade brasileira que concorrem para a situação em que sobrevivem e se fortalecem certas formas de violência, que se sobrepõem à política no enfrentamento dos problemas sociais.

Faz-se referência ao modo como a sociedade brasileira se constituiu e continua se desenvolvendo: escravização (exploração da força de trabalho pelos detentores do poder econômico), extermínio de parcelas da população “indesejáveis” (negros, indígenas, favelados, camponeses, jovens pobres, mulheres) e opressão estrutural (violência institucionalizada contra aqueles que resistem e lutam contra a opressão).

Em relação ao primeiro aspecto mencionado, é inegável que o fato de o Brasil ter sido o último país do mundo a abolir a escravidão deixou marcas indeléveis nas relações sociais entre classes sociais e grupos étnico-raciais distintos.

Não é necessário muito esforço para perceber o racismo como marca estrutural da sociedade brasileira. Dados sobre emprego, violência policial, população carcerária, escolarização e distribuição da riqueza indicam a extrema violência a que são submetidos pretos e pardos no Brasil. A título de exemplo, mencione-se os dados sobre a presença de negros nos cargos de gerência: são a minoria (29,9%), apesar de constituírem 55% da força de trabalho. Os dados sobre os níveis de rendimento são mais estarrecedores: apenas 11,9% dos maiores salários gerenciais são pagos a trabalhadores pretos e pardos. Por fim, no que diz respeito aos rendimentos mensais, os negros representam 75,2% da população com os menores ganhos e apenas 27,7% dos 10% da população que têm os maiores rendimentos – vale registrar que o percentual da população negra sobre o total da brasileira é 58%. Estas e outras informações podem ser confirmadas nos relatórios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Contínua (PNAD Contínua) de 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>1</sup>

Sobre o segundo aspecto (o extermínio de parcela da população), o número de mortes violentas no Brasil, em 2019, foi de 41.635; em 2018 tivemos 51.558. Esses dados são do índice nacional de homicídios do portal G1 (<https://g1.globo.com>), feito com base nos números oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal, em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Finalmente, em relação ao terceiro aspecto, são notórias as tentativas estatais de reprimir e constrianger os movimentos sociais dos mais variados espectros de atuação social e política. Para ilustrar a situação de perseguição vivida por suas lideranças faz-se menção ao ocorrido em 24/6/2019: a Polícia Civil cumpriu 17 mandados de busca e apreensão, além de nove mandados de prisão temporária, contra militantes dos movimentos por moradia na capital paulista. Foram presas quatro lideranças. Já em 11/7 do mesmo ano, outras 19 lideranças foram denunciadas pelo Ministério Público Estadual e tiveram mandados de prisão expedidos. Inúmeros relatos confirmam a repressão e a violência com que são tratados os integrantes dos movimentos sociais: não podem sair às ruas ou falar publicamente por estarem ameaçados de prisão, o que não afeta apenas as lideranças, mas também suas famílias e demais moradores das ocupações.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis no portal eletrônico do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&ct=o-que-e>.

<sup>2</sup> Conforme registrado pela Rede Brasil Atual (RBA) em 9/10/2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/10/criminalizacao-de-movimentos-sociais/>. Acesso em: 13/6/2020.

Além do claro propósito de manter inalteradas e perpetuar a todo custo as relações de poder e a desigualdade social e econômica que caracterizam a sociedade brasileira, inclusive com o uso deliberado e planejado da violência, o cenário aqui descrito de modo excessivamente simplificado revela também, ainda que de modo latente, a aversão à diversidade de parte significativa da população do país. Aqueles que, por sua simples existência, expõem a riqueza da diversidade cultural e humana são percebidos e tratados como inimigos a serem eliminados, justamente porque nos últimos 30 ou 40 anos conquistaram posições de destaque na sociedade brasileira, evidenciando, ao mesmo tempo, a persistência da desigualdade e da violência estrutural e os esforços empreendidos para superar a situação histórica que deu origem e alimenta cotidianamente o racismo, o machismo, a injustiça e a desigualdade sociais. Assim, observa-se o ressentimento dos que não podem impunemente (sem despertar reações e resistência) agredir e violentar mulheres, negros, indígenas, homossexuais e outros grupos historicamente oprimidos, inclusive por meio da ação do Estado. A reação ao “politicamente correto” (que se refere aos direitos humanos, à cidadania e à necessidade de respeito e garantia de tais direitos), ensejada e reforçada pelo fortalecimento dos grupos políticos reacionários com tendências autoritárias, nos últimos 20 anos, expressa o incômodo que causa o destaque alcançado por determinadas pessoas e grupos que representam as chamadas minorias políticas naqueles que se sentem ameaçados em suas posições de poder (na vida pública e privada).

Considerando que para cada elemento psicológico corresponde um sociológico e histórico, então, temos a intersecção, na sociedade brasileira, das condições subjetivas (diversos tipos humanos e com determinados traços de personalidade) com as condições objetivas (passado patriarcal e escravocrata, em confluência com o desenvolvimento urbano e industrial, aliado ao atual estágio do capitalismo tardio no Brasil – modelo econômico predador e administrado monopolisticamente, incluindo a posição subalterna ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho). Nesse sentido, para entender como se forma o caráter ou a personalidade dos brasileiros (na sua diversidade<sup>3</sup>) é necessário não perder de vista os elementos que evidenciam a estrutura econômica e social brasileira,

---

<sup>3</sup> Chama-se atenção para este aspecto porque aqui não se considera possível definir o “brasileiro médio”, como em geral é feito no senso comum, com base em certas virtudes ou defeitos: hospitaleiro, acolhedor, acomodado, cordial, com religiosidade sincrética, com gingado, malandro, pouco afeito ao trabalho pesado, que recorre ao “jeitinho”, entre outros caracteres. Todas esses termos empregados para se referir ao brasileiro comum, na verdade, indicam a incapacidade de interpretar a realidade sem o uso de clichês e estereótipos. Indicam, ainda, a prevalência do preconceito como critério de avaliação e julgamento.

o que certamente condiciona as relações entre indivíduos, grupos e classes. Sem a pretensão de esgotar o assunto, destaca-se alguns desses (atuais) elementos:

- Latifúndio combinado com o agronegócio, o que produziu a submissão ao capital internacional. A produção agropecuária brasileira permite o enriquecimento aos proprietários da terra, mas parte dos negócios é controlada por conglomerados de empresas sediadas nos países centrais do sistema capitalista.
- A elite econômica brasileira praticamente nunca precisou empreender para manter sua riqueza e poder, garantidos pela propriedade privada e pelo uso do Estado em benefício exclusivamente próprio. Portanto, os membros da elite econômica (empresários e proprietários de terras), com raríssimas exceções, permanecem com o poder político sem a necessidade de um projeto de sociedade. E como não possuem projeto atacam todo e qualquer outro proposto por diferentes grupos e classes sociais.
- Trata-se de uma “elite preguiçosa”, que projeta na população em geral, especialmente, a pobre e marginalizada, suas principais características (indolência, vadiagem, acomodação, falta de iniciativa etc.) como se fossem traços psicológicos e antropológicos de certos grupos ou mesmo de toda a população).<sup>4</sup>

Tais destaques foram feitos meramente com o intuito de relacionar a realidade objetiva da sociedade brasileira com formação ensejada aos indivíduos. Acrescente-se a esses elementos o fato de que para manter a estrutura social em funcionamento sempre foi necessário recorrer à violência e à repressão, com a instauração de regimes ditatoriais e autoritários. Para sustentar a argumentação basta citar os golpes de Estados dos últimos 100 anos ocorridos no Brasil: 1930, 1937, 1964 e 2016.

Considerado todo o exposto até aqui, podemos seguir na compreensão das razões que levam parte dos brasileiros a nutrirem ódio pela diferença e pela diversidade e desprezo pelo outro (o não idêntico); e isso apesar de o país ser composto por uma variedade cultural e social bastante rica, em consequência especialmente das dimensões continentais do território brasileiro e das diferenças de épocas, povos e formas de ocupação desse território. Sugere-se que o modo

---

<sup>4</sup> Deve-se essa indicação à professora Circe Maria Bittencourt Fernandes, que em palestra proferida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 2019, expressou seu entendimento sobre o conceito de homem cordial elaborado por Sérgio Buarque de Holanda.

como a elite econômica e política exerceu e exerce o seu poder contribui decisivamente para a situação em que a violência, o preconceito e o ódio se tornam modelos de socialização, o que configura obstáculo importante para a promoção da democracia no Brasil.

De par com essa situação, pode-se recorrer às formulações de autores como Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Herbert Marcuse para analisar a sobrevivência e a emergência de tendências fascistas no seio das sociedades democráticas<sup>5</sup>. Considerando a realidade imposta pelo capitalismo avançado e monopolista, especialmente após o término da Segunda Guerra Mundial, eles analisaram em que medida o desenvolvimento da economia política baseada na troca de equivalentes e a ascendência do fetiche da mercadoria sobre as relações sociais de produção proporcionou aos indivíduos uma formação que os leva a deformação psicológica e dos sentidos, pois que, sob a falsa aparência da democratização e ampliação do acesso das massas à educação e à cultura, viceja o que Adorno (1979) denominou de pseudoformação, porque alicerçada na pseudocultura.

Não cabe no escopo deste trabalho explorar o conceito elaborado pelo autor; unicamente destaca-se as possíveis consequências para os indivíduos. Se a cultura é o lugar onde se realiza a identificação de cada um com a sociedade que o produziu; se a cultura pode se constituir em um porto seguro, já que é nela que os indivíduos encontram referências para seu desenvolvimento; se é condição para a realização da cultura a possibilidade de os indivíduos se identificarem nela e, ao mesmo tempo, a ultrapassarem, considerando que nela está contida uma estática, mas principalmente uma dinâmica; e se tudo isso não se confirma porque a própria cultura foi convertida em meio para reiterar a ordem social existente – que se alimenta da dominação política e da exploração econômica e da integração conformista dos indivíduos a esta ordem –, então, seu funcionamento impede que a formação proporcione a individuação e a autonomia. Horkheimer e Adorno (1985) expuseram de modo contundente, no ensaio *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, escrito em 1944, como este sistema opera. Seguem dois excertos que evidenciam o fato de a indústria cultural (que converte todos os bens artísticos e culturais em mercadorias) impedir a formação plena dos indivíduos e levar a regressão do pensamento e dos sentidos:

---

<sup>5</sup> Apenas para efeito de exposição e sem entrar no debate sobre o teor da democracia, considera-se, aqui, sociedades democráticas aquelas cujo poder está concentrado no capital, governadas pelos princípios liberais (cidadania, liberdade, igualdade perante a lei etc.) e que o regime de governo não é ditatorial, ainda que a democracia seja apenas formal e reduzida a escolha, por meio de eleições, de representantes e governantes.

Atualmente, as obras de arte são apresentadas como os slogans políticos e, como eles, inculcadas a um público relutante a preços reduzidos. Elas tornaram-se tão acessíveis quanto os parques públicos. Mas isso não significa que, ao perderem o caráter de uma autêntica mercadoria, estariam preservadas na vida de uma sociedade livre, mas, ao contrário, que agora caiu também a última proteção contra sua degradação em bens culturais. A eliminação do privilégio da cultura pela venda em liquidação dos bens culturais não introduz as massas nas áreas de que eram antes excluídas, mas serve, ao contrário, nas condições sociais existentes, justamente para a decadência da cultura e para o progresso da incoerência bárbara (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 150)

Todos são livres para dançar e para se divertir, do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 156).

De outra parte, recorre-se à noção de razão instrumental, apresentada no ensaio “Meios e fins”, que compõe a obra *Eclipse da razão*, publicada originalmente em 1946 (HORKHEIMER, 2000). Seu autor chama a atenção para uma tendência importante presente na sociedade hodierna: o individualismo burguês se tornou norma. Assim, a razão, fundada nas ideias de justiça, igualdade, felicidade, democracia e até propriedade, foi suplantada pelo princípio subjetivista do interesse pessoal, convertendo-a em razão instrumental – racional passa a ser tudo aquilo que concorre para a efetivação de objetivos imediatos, mesquinhos e egoístas, sem a necessidade de remetê-los e examiná-los à luz da totalidade: “(...) o particular tomou o lugar do universal” (HORKHEIMER, 2000, p. 29). Dessa maneira, a razão instrumental neutraliza e até mesmo se opõe aos valores universais (como justiça e liberdade). Tal situação se desdobra no plano subjetivo, uma vez que todas as atividades realizadas pelos indivíduos, inclusive o pensamento, são transformados em instrumentos. Em outras palavras, da experiência com o objeto e com o outro são retirados seus significados em si mesmos, pois passam a estar referidos aos padrões utilitaristas e produtivos e à lógica da equivalência da economia mercantil (HORKHEIMER, 2000).

Forçoso é constatar que essa tendência, identificada pelo autor citado há quase 80 anos, não só permanece ativa como também, cada vez mais, parece orientar as relações sociais e a ação política. No caso, brasileiro, se tomarmos como exemplo os dizeres de um cartaz que circulou nas manifestações anti-democráticas de 31/5/2020, em apoio ao governo federal e contra o Congresso

Nacional e o Supremo Tribunal Federal, além de assumidamente defender a intervenção (golpe) militar para instaurar um regime autoritário e ditatorial, *fake news não é crime*, é evidente que a sustentação de tal ideia é a racionalidade instrumental, embora levada ao paroxismo. A medida de todas as coisas é o interesse particular e tudo deve ser submetido, incluindo a própria verdade, além, é claro, de todos aqueles que são obstáculos à consecução dos objetivos pretendidos. Ainda, como os fins (egoístas e nada nobres) justificam os meios, todo tipo de violência e agressão é justificado.

Ora, predomina a sensação de que todos, e principalmente os mais fracos, estão abandonados à própria sorte, que vale o “é cada um por si” e que a lei da autoconservação é a única a ser seguida e respeitada. Assim, no seio da ordem social, insegura e ameaçadora, são estimuladas situações que provocam o medo, o mal-estar, a crítica à sociedade e à civilização, o que no fundo é o reconhecimento da própria impotência, fruto dessa mesma ordem que depende da adesão ativa dos indivíduos à ela para se manter. Em outros termos, reproduz-se a aversão e a incapacidade para a experiência com o não idêntico (o outro, a cultura não estandardizada, a natureza não dominada etc.), resultados, por sua vez, do risco que representa dar vazão aos desejos decorrentes tanto dos impulsos primários quanto da curiosidade surgida no contato com a diferença e a diversidade. Horkheimer e Adorno (1985) identificam aí a gênese da burrice, compreendida como uma espécie de inibição e atrofia de faculdades e sentidos: corpo e mente são paralisados pelo medo e ficam enrijecidos como cicatrizes:

(...) no lugar onde o desejo foi atingido, fica uma cicatriz imperceptível, um pequeno enrijecimento, onde a superfície ficou insensível. Essas cicatrizes constituem deformações. Elas podem criar caracteres, duros e capazes, podem tornar as pessoas burras – no sentido de uma manifestação de deficiência, da cegueira e da impotência, quando ficam apenas estagnadas, no sentido da maldade, da teimosia e do fanatismo, quando desenvolvem um câncer em seu interior. A violência sofrida transforma a boa vontade em má. E não apenas a pergunta proibida, mas também a condenação da imitação, do choro, da brincadeira arriscada, pode provocar essas cicatrizes. Como as espécies da série animal, assim também as etapas intelectuais no interior do gênero humano e até mesmo os pontos cegos no interior de um indivíduo designam as etapas em que a esperança se imobilizou e que são o testemunho petrificado do fato de que todo ser vivo se encontra sob uma força que domina (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 240).

O capitalismo e o modo como foram estabelecidas as relações de poder no Brasil necessitam, para sua sobrevivência, manter as pessoas em estado perma-

nente de tensão e ameaça, o que tende ao emburrecimento. Assim, as crises são explicadas pela ideia de que há inimigos a combater, pois são eles, muitas vezes apenas fantasmas imaginados ou inventados, os que colocam em perigo a estabilidade e a coesão social. No fundo, essa é simplesmente uma forma de ocultar que o modelo econômico capitalista se alimenta da agressão e da pilhagem e que tal ordem “não pode viver sem a desfiguração dos homens” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 158).

Tudo isso provoca reações irracionais (individuais e coletivas), como o apego à frágil e aparente segurança alcançada e a compulsão por domínio sobre algum âmbito da vida social – por exemplo, o uso do poder econômico, como forma de distinção de classe, e exercício do falido “pátrio poder”, como maneira de controle pelo homem da mulher e dos filhos no interior da família. Também se pode mencionar o ataque a tudo e a todos que representam ou são reconhecidos ilusoriamente com as ameaças, o que leva à identificação com o agressor – forma de compensar a impotência. Assiste-se à identificação com modelos autoritários, opressivos e dominadores, com grupos que se organizam para o combate a inimigos imaginados e construídos (e que colocam em risco os decantados valores tradicionais) e com a ordem estabelecida do capital, compreendida como definitiva porque produto da “imutável” natureza humana.<sup>6</sup>

De outro lado, ainda persiste o apelo à individualidade burguesa (distinguir-se da massa pelo êxito econômico ou pela ocupação de posições de poder – basta observar o número de vezes que políticos, economistas e até educadores recorrem à ideologia do mérito, como se fosse expressão da justiça em uma sociedade extremamente desigual e que não permite a distribuição equilibrada de oportunidades para todos), alcançada pela falsa ideia que faz a concorrência ser transformada em justificativa para o domínio, a opressão e a agressão aos mais fracos. Desse modo, temos mais uma justificativa e a autorização para o uso da violência.

Ademais, esta tendência parece estar conjugada com a mentalidade conservadora e reacionária prevalecente em alguns círculos da elite cultural, política

---

<sup>6</sup> Sobre este último ponto, cabe uma observação: muito já foi dito e escrito sobre o capitalismo ser o ápice ou o fim da história. Talvez o autor que tenha se debruçado sobre a questão mais conhecido e controverso seja Francis Fukuyama, que escreveu *O fim da história e o último homem* (1992). Após a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS afirmou que a humanidade havia chegado no mais elevado estágio civilizatório, caracterizado como a vitória definitiva do capitalismo sobre o socialismo. Aqui continua-se a afirmar: o capitalismo é resultado da história humana, portanto, como evento histórico pode (e deve) sofrer transformações, já que sua base é a violência continuamente reproduzida.

e econômica brasileira – e, também, entre as massas. Movidos por interesses mesquinhos e financeiros, utilizam a linguagem política para promover e manter um permanente estado de guerra. Supostos inimigos (internos e externos) ameaçam a existência do modo de vida e os privilégios usufruídos pelas pessoas que pertencem aos grupos ou se identificam com eles. É curioso observar o apelo ao conservadorismo de muitos políticos, jornalistas e outras personalidades nos últimos anos, identificados com o espectro político da direita.<sup>7</sup> Alguns se proclamam democratas e defensores das instituições políticas e da Constituição de 1988; outros declaram que sua intenção é proteger o que consideram valores e instituições sociais tradicionais, como a família patriarcal burguesa, a comunidade local e a religião cristã, além dos usos, costumes, tradições e convenções consagrados ao longo da história, independentemente se carregados ou não de abusos e de violência. Seja como for, mobilizam certas disposições psicológicas presentes naqueles que estão submetidos à racionalidade instrumental em favor dos interesses do capital e dos grupos que detém o poder político. Além disso, a virulência empregada em seus textos e discursos os torna porta-vozes do ressentimento e do ódio que parcela da população brasileira, certamente a mais atingida pela crise econômica que assola o Brasil desde 2013 e 2014, nutre pela civilização, pela cultura e pelas instituições democráticas, incluindo aí seus representantes.

Algumas dessas disposições psicológicas mobilizadas merecem ser destacadas. Adorno (2015), no trabalho em que analisa a propaganda fascista com base na teoria freudiana, escrito originalmente em 1951, denomina de expedientes o apelo ao público feito pelos agitadores e propagandistas e que cala fundo na psicologia das massas. No caso brasileiro, além desses dois tipos temos também os formadores de opinião. De qualquer modo, considera-se razoável recorrer ao ensaio de Adorno para analisar como o ódio e o preconceito se tornaram modelos de ação política e de socialização no Brasil, a despeito da distância temporal e geográfica dos fenômenos retratados por aquele autor e aqui neste trabalho. E isso é possível porque, como assinala o próprio autor em outro de seus textos (ADORNO, 1995), as condições objetivas e subjetivas que geram a barbárie no seio do processo civilizatório e que entrelaçam esclarecimento e dominação, bem como progresso e destruição, ainda não foram superadas e parecem estar mais

---

<sup>7</sup> No ano de 2015, em meio às manifestações contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, o jornal *El país* publicou matéria identificando nomes e pautas dos conservadores brasileiros. Dentre os grupos e pessoas atacadas estavam o educador Paulo Freire e os movimentos feminista e LGBTQ+. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/22/politica/1437521284\\_073825.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/22/politica/1437521284_073825.html). Acesso: 14/6/2020.

fortes do que jamais estiveram anteriormente. Seguem alguns dos expedientes e disposições psicológicas mobilizadas:

- Crença de que há sempre um plano oculto arquitetado pelos poderosos objetivando manipular as informações e influenciar a opinião pública, as chamadas teorias da conspiração. Dois aspectos parecem estar presentes no uso desse expediente: a impotência objetiva ante o poder econômico e a desconfiança de que as pessoas somente agem em função de seus interesses egoístas e deliberadamente para enganar a todos. Ora, isso é o resultado da disposição pessimista em relação aos rumos da civilização e da convicção de que só resta a luta pela autoconservação.
- Falsa projeção ou atribuição ao outro do que é próprio daquele que promove a agressão. Horkheimer e Adorno (1985, p. 175), ao se referirem ao fascismo e ao antissemitismo, afirmam que há algo de patológico nessa operação, pois o indivíduo se mostra incapaz de “discernir no material projetado entre o que provém dele e o que é alheio”. Em geral, os que se sentem ameaçados projetam a ameaça nos agredidos. Além disso, as vítimas lembram a todos que qualquer um pode ser objeto da violência e, também, do perigo que significa não se submeter à ordem social opressora e aos padrões de conduta e comportamento consoantes a tal ordem. Daí a necessidade de nutrir ódio contra certos grupos por sua condição (especialmente mulheres, negros e homossexuais): reprime-se o próprio medo e sufoca-se o desejo de libertação.
- Dissimulação, compreendida como fingimento ardiloso e ocultação de informações essenciais com o fito de o antagonista não perceber quais são as reais intenções. No lugar da mentira descarada (que também pode ser usada como último recurso), recorre-se a esse expediente como forma de contraposição ao outro, percebido como superior e mais capaz. É a forma que o indivíduo acovardado encontra para se sentir em pé de igualdade com aqueles que, em tese, possuem maior capacidade intelectual e de argumentação. A evidência objetiva de tal situação pode ser observada na descrença em relação ao conhecimento científico e à ciência e nas disputas em torno de pontos de vista, justificadas como liberdade de expressão e opinião – mesmo que as evidências desmintam o anunciado pelos dissimuladores. Em outras palavras, faz-se uso somente das informações que ajudam a sustentar pontos de vista que não precisam necessariamente remetidos à realidade objetiva dos fatos.

- Cinismo, aqui entendido como falta de vergonha e pudor pelo emprego da truculência, disfarçada de crítica, de transgressão à ordem social julgada imperfeita, de espontaneidade e de não submissão ao poder. Talvez se possa associar esse expediente com o caráter manipulador, tipo identificado por Adorno et al. (1965) no estudo sobre a personalidade autoritária realizado nos EUA, no final dos anos 1940. O mesmo autor sintetizou, no ensaio *Educação após Auschwitz*, os principais traços desse tipo psicológico: enquadra-se cegamente em coletivos, convertendo-se a si próprio em matéria amorfa, o que leva a disposição de tratar os outros da mesma forma; são pessoas que se distinguem pela incapacidade de realizar experiências diretas e de imaginar o mundo diferente do que ele é (ADORNO, 1995). No fundo, os cínicos são pessoas que não estão “psicologicamente preparadas para a autodeterminação” e o “potencial autoritário permanece muito mais forte do que o imaginado” (ADORNO, 1995, p. 123) inicialmente. Daí o ódio e a ferocidade direcionada aos que lembram que a autonomia é uma possibilidade histórica.

Tais características, que podem ser encontradas em pessoas de diferentes classes sociais e de distintos espectros políticos, são bastante comuns principalmente naqueles que se identificam como princípios e pautas fascistas e anti-democráticas. A situação objetiva de permanente crise e ameaça, que alimenta a ordem social e econômica injusta, tem como resultado o ódio objetivamente alimentado, única forma de sentir do reacionário, fascista, preconceituoso e que se imagina acuado por aqueles que identifica como os responsáveis pela situação de penúria material e psíquica em que vive. Trata-se de esconder de si mesmo o medo e a fragilidade, suas marcas constitutivas.

Conseqüentemente, recorre-se a tudo que pode auxiliar nesse processo de ocultação dos reais determinantes (externos e internos) do indivíduo ou que se configura como promessa de que tudo ficará bem – desde que os maus sejam punidos ou exterminados e a obediência ao mais forte seja a regra. Assim, verifica-se a submissão à autoridade, mesmo que esta não pareça confiável e nem digna ou esclarecida. Basta que acene com o poder ou prometa o retorno daquilo que foi perdido – muitas vezes a carência é apenas nostalgia em relação ao que ainda não foi conquistado, como segurança, fatias de poder social e distinção.

De outra parte, tudo é encarado com desconfiança, ceticismo e de modo relativista (com a equiparação de pessoas, ideias, coisas e situações distintas entre si). Aqui podemos enquadrar o fenômeno da negação sistemática não só do

conhecimento científico, mas também dos fatos objetivos da vida social. Nega-se o racismo e a violência contra as mulheres no Brasil, por exemplo. Também há o esquecimento dos horrores da história (massacre e genocídio dos povos indígenas). Embora se possa dizer que ambos, negação e esquecimento, são expressão do medo proporcionado pela ameaça que significa reescrever a história brasileira em outros termos, principalmente para os que ainda hoje usufruem dos privilégios decorrentes da desigualdade social, postula-se que são, outrossim, indicadores da frieza e da indiferença em relação ao outro e ao sofrimento dos que estão no entorno do indivíduo frio e apegado ao seu senso prático. Herbert Marcuse e Theodor Adorno, cada um a seu modo, chamaram a atenção para a persistência dessa tendência no interior das sociedades democráticas que valorizam a solidariedade, a caridade, a compaixão e o amor ao próximo.

O primeiro, indica que se aceita a agressão e a corrupção “como procedimentos normais dos negócios e da administração” e que “sob as condições da sociedade industrial avançada, a satisfação está sempre ligada à destruição” (MARCUSE, 1999, p. 148), o que, por sua vez, proporcionou o desenvolvimento e a consolidação do que denomina de destrutibilidade institucionalizada, com seu correspondente psicológico repercutindo na estrutura de caráter dos indivíduos, composta também pela tendência ao esquecimento: apagar os acontecimentos do passado serve para livrar do desconforto e do mal-estar causados pela lembrança do horror, mas também indica a indiferença em relação a este mesmo passado e suas consequências no presente. Nesse sentido, frieza e esquecimento são expressões do desprezo pela vida e da tendência destrutiva presente nas relações sociais. Por seu turno, Adorno sublinha que o fenômeno social da frieza é um dos traços que ensejaram a formação do indivíduo burguês:

Em sua configuração atual – e provavelmente há milênios – a sociedade não repousa em atração, em simpatia, como se supôs ideologicamente desde Aristóteles, mas na persecução dos próprios interesses frente aos interesses dos demais. Isto se sedimentou do modo mais profundo no caráter das pessoas (ADORNO, 1995, p. 134).

Ser indiferente ante o destino do outro e ante o sofrimento alheio é condição para o êxito dos negócios. Ora, estes são realizados por pessoas e é ingenuidade ignorar que essa forma de lidar com as coisas (números, cifras, mercadorias etc.) é também a forma de lidar com as pessoas (elas mesmas convertidas em coisas). Apenas para reforçar a argumentação se recorre aos acontecimentos relacionados à pandemia de covid-19. A negação da gravidade da doença, minimizando seus efeitos e colocando em dúvida os dados sobre infectados e mortos, à primeira

vista pode parecer um recurso usado para não se encarar de frente um problema real, em uma ação de procrastinação, uma vez que o sentimento de impotência ante a uma força desconhecida é aflorado. No entanto, revela principalmente a frieza como traço psicológico característico daqueles que se dedicam essencial e fundamentalmente à própria autoconservação. Mais uma vez, a frieza é expressão e indicador do desprezo pela vida.

O predomínio da razão instrumental é um dos fatores que fomentam a violência, a agressividade e o ódio nas relações sociais e na atuação política. Claro que não se pode olvidar que essa mesma razão é consequência do modo como o capitalismo se desenvolveu nos últimos três séculos – imperialista, monopolista e sustentado por um aparato tecnocrático capaz de coordenar os setores privados e estatais. Na análise que Herbert Marcuse (1998) faz da obra de Max Weber transparece o fato de que, mesmo para este último, a racionalidade foi convertida em razão da dominação. Se “industrialização e capitalismo constituem as realizações decisivas da racionalidade ocidental”, conforme a interpretação que o primeiro faz do segundo (MARCUSE, 1998, p. 113), sua efetivação no aparato técnico, burocrático e administrativo significou a subordinação dos indivíduos aos meios de produção e à eficiência econômica, submetendo os interesses humanos à maquinaria industrial capitalista. A dominação social é justificada nos seguintes termos: o progresso material proporcionado pelo capitalismo é a concretização da racionalidade, portanto, o “domínio das coisas sobre os homens” nada mais é do que o corolário desse fato; já o “domínio racional dos homens sobre os homens” (MARCUSE, 1998, p. 124), quer dizer, assentado na racionalidade econômica, é a justificativa para a irracionalidade de os indivíduos se submeterem a interesses alheios aos seus próprios.

A próxima etapa desse processo é a redução de todas as ações dos âmbitos político, econômico e científico e cultural aos objetivos da dominação e da consumação do poder sobre coisas, pessoas, instituições sociais e natureza. Entretanto, para isso ser possível é necessário o fomento de determinados elementos regressivos que compõem o estado psicológico das massas, elementos estes promotores do ódio pelo não idêntico e do preconceito como modelo de socialização. Seja como for, a sobrevivência e o fortalecimento do fascismo e do autoritarismo só se verifica porque conjugados com os fatores de ordem econômica e com as tendências psíquicas alimentadas exatamente por esta ordem econômica.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. Teoría de la pseudocultura. *In*: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Sociológica**. Madrid: Taurus Ediciones, 1979, p. 175-199.
- ADORNO, Theodor W. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *In*: ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 153-189.
- ADORNO, Theodor W *et al.* **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2000.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- MARCUSE, Herbert. Ecologia e crítica da sociedade moderna. *In*: MARCUSE, Herbert. **A grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 143-154.
- MARCUSE, Herbert. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. *In*: MARCUSE, Herbert. **Cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 113-136. (vol. 2).

